

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS**Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA nº 1.18.000.001494/2016-25**

Origem: Seção de Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas - SLDE

**Assunto:**

Análise da minuta de EDITAL do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2016, que tem por finalidade o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Gerenciamento de Frota, para atender às necessidades da PR/GO, bem como dos demais órgãos participantes.

Parecer nº 121 /2016

1. Trata-se de procedimento administrativo que tem por finalidade o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de GERENCIAMENTO DE FROTA, mediante sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando a manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, acessórios originais, serviços, combustíveis e higienização de veículos, para atender às necessidades da PR/GO, bem como dos demais órgãos/unidades participantes.
2. A Secretaria Estadual do MPF/GO autorizou a realização de licitação (fls. 64/66) e a Seção de Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas - SLDE elaborou minuta de edital, na modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços.
3. Vieram os presentes autos para apreciação desta Assessoria Jurídica, tendo em vista o disposto no art. 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93<sup>1</sup>, art. 21, inciso VII, do Decreto nº 3.555/00<sup>2</sup>, art. 49, I e III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal (Portaria/SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015)<sup>3</sup> e artigo 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892/13<sup>4</sup>.

1 Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade; (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

2 Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte: (...)

VII - parecer jurídico.

3 An. 49. Às Assessorias Jurídicas vinculadas ao Gabinete do Procurador-Chefe nas Unidades Administrativas de Gestão compete:

I - fazer o exame de legalidade das minutas de contratos, acordos e convênios firmados no âmbito da Unidade gestora e respectivas Unidades Administrativas Vinculadas e opinar sobre a legalidade de processos licitatórios e de contratações;

4 Art. 9º. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

(...)

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)



**Eis o breve relatório. Segue manifestação.**

4. Preliminarmente, convém observar que a manifestação dessa Assessoria Jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ressalte-se que **o exame dos atos restringe-se aos seus aspectos jurídicos e formais**, excluídos, portanto, aqueles relativos ao mérito (conveniência e oportunidade), bem como a análise técnica de especificações, planilhas de custo e formação de preços, cabendo à autoridade competente avaliar e acatar, ou não, as ponderações.

5. Pois bem. A obrigatoriedade de realização de licitação tem previsão constitucional no art. 37, XXI, que, ao dispor sobre a Administração Pública, determinou:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

**Da justificativa e objetivo do registro de preços**

6. Busca-se o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de GERENCIAMENTO DE FROTA.

7. O Gerenciamento de Frota, na verdade, contempla duas contratações em um só procedimento: contrata-se o serviço de intermediação (gestão) e os próprios serviços a serem prestados (abastecimento, manutenção, etc.). A empresa contratada figurará como intermediária entre a Administração e o prestador de serviços. A remuneração dessa intermediação é feita por meio do pagamento de uma taxa de administração.

8. A justificativa da opção pela utilização do sistema de gerenciamento de frota no âmbito da PR/GO, bem como dos órgãos/unidades participantes, e a necessidade do registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação desses serviços estão descritas no item 2 no Termo de Referência (fls. 02/46), bem como no despacho exarado pelo Coordenador de Administração à fl. 63.



9. Ressalte-se, novamente, que não cabe a esta Assessoria Jurídica a análise do conteúdo de mérito (conveniência e oportunidade), determinante para a decisão do administrador. Recomenda-se, porém, que a justificativa seja a mais completa possível, devendo conter a razão da escolha do modelo de gestão, a demonstração da economicidade de sua utilização, a motivação da contratação, os benefícios diretos e indiretos, bem como a natureza dos serviços<sup>5</sup>.

10. As razões apresentadas pela Administração mostram-se adequadas para justificar a opção pelo sistema de gerenciamento e contratação nos moldes pleiteados, eis que baseadas em estudos técnicos, alinhados aos compromissos pactuados no Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, bem como aos princípios da economicidade e da eficiência.

#### **Da escolha da modalidade de licitação**

11. A licitação proposta é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL POR ITEM, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Encontra sustentação nos seguintes diplomas legais:

- a) **Lei nº 10.520/02** (Institui a modalidade de licitação denominada pregão);
- b) **Decreto nº 3.555/00** (Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- c) **Decreto nº 5.450/05** (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns);
- d) **Decreto nº 7.892/13** (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços);
- e) **Lei Complementar nº 123/06** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
- f) **Decreto nº 8.538/15** (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, dentre outros);
- g) **Lei nº 8.666/93** (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública); e
- h) **IN/MPOG nº 02/08** (Dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - Parecer SEOR/AUDIN/MPU nº 684/2014<sup>6</sup>).

<sup>5</sup> IN/MPOG nº 02/2008.

Art. 15. O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá conter:

I - a justificativa da necessidade da contratação, dispondo, dentre outros, sobre:

- a) motivação da contratação;
- b) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;
- c) conexão entre a contratação e o planejamento existente, sempre que possível; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)
- d) agrupamento de itens em lotes, quando houver; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)
- e) critérios ambientais adotados, se houver;
- f) natureza do serviço, se continuado ou não;
- g) inexigibilidade ou dispensa de licitação, se for o caso; e
- h) referências a estudos preliminares, se houver.



12. O Pregão é a modalidade de licitação adotada para aquisição de **bens e serviços comuns**, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública<sup>7</sup>.

13. A modalidade de pregão, na forma eletrônica, tem fundamento no art. 2º, da Lei nº 10.520/02:

"Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens e serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet."

14. Referido dispositivo legal foi regulamentado pelo Decreto nº 5.450/05 que, ao definir os bens e serviços comuns, assim dispõe:

"Art. 2º. (...)  
§1º. Consideram-se **bens e serviços comuns**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado."

15. No caso vertente, busca-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota. Consoante o teor do artigo 4º, do aludido Decreto, atestada a natureza comum dos serviços pretendidos, **a opção pela modalidade pregão torna-se obrigatória**:

Art. 4º - Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

16. A previsão para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra-se no artigo 15º da Lei nº 8.666/93, que estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema. A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 7.892/13.

17. Sabe-se que o registro de preços é constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitadas as condições previstas no edital.

6"[...] somos de parecer que as disposições da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013, não são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério Público da União. Porém, este Órgão de Controle Interno recomenda a observância da disciplina normativa da referida norma, pois que reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, formatada com base nos pilares Constitucionais que regem a Administração Pública, nos preceitos da Lei nº 8.666/93 e normas correlatas que regulam a contratação de serviços pelo Poder Público."

7 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Editora: Atlas, 17ª edição, pág. 329.

8 Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;



18. Desta forma, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas, acompanhada da especificação dos produtos e serviços que elas poderão fornecer, os órgãos e entidades participantes do Sistema de Registro de Preços poderão valer-se das propostas apresentadas e constantes da ata de registro de preços para celebração de futuros contratos.

19. As características dos bens e serviços a serem contratados por meio dessa sistemática encontram-se previstas no art. 3º do Decreto nº 7.892/13, que dispõe:

Art.3º-O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

20. Assim, frise-se que o Decreto nº 7.892/13 autoriza a instituição de procedimento licitatório visando à celebração de atas de registro de preços, dentre outros, *"quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo"* (art. 3º, inciso III).

21. Vale realçar o art. 2º do aludido regulamento, que contempla algumas definições:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; (Redação dada pelo Decreto nº 8.260, de 2.014)

(...)

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de





preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

22. O Registro de Preços e as condições das futuras contratações são estabelecidas num documento formal, denominado "Ata de Registro de Preços". Na ata deverão constar as condições obtidas na licitação, com a formalização da obrigação do particular de promover as contratações futuras nos termos obtidos no certame, de modo que a "ata de registro de preços" não se configura um contrato de fornecimento.

23. O órgão promotor do certame, no caso, a Procuradoria da República em Goiás, assume a condição de órgão gerenciador e, os demais interessados na contratação do objeto comum, cujo preço será registrado, assumem a condição de órgãos participantes, os quais integram, desde o momento inicial, os procedimentos para o registro de preços, **indicando os quantitativos e as especificações dos produtos que pretende adquirir** e, se for o caso, firmando contratos posteriormente.

24. Vale registrar, por oportuno, que no âmbito do Ministério Público Federal foi instituído o Grupo Técnico de Compras Compartilhadas – GTCC, por meio da Portaria SG/MPF nº 1.022/2014, com o objetivo de aprimorar a qualidade do gasto público, com vistas à realização de compras compartilhadas de bens e serviços mais comuns, incluindo critérios de sustentabilidade. O referido grupo tem o objetivo de atuar como instância consultiva e de suporte técnico ao Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA) do Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE) do MPF.

26. Alinhada à proposta do GTCC, foi publicada a Portaria SG/MPF nº 1020/2014, que estabelece as estruturas organizacionais da Secretaria Geral e da Secretaria de Administração do MPF. A portaria cria, no âmbito da Secretaria de Administração, a Assessoria de Contratações Nacionais Estratégicas, que atuará na aquisição e contratação compartilhada de bens e serviços de uso comum pelos órgãos do MPF. A criação da Assessoria de Contratações Nacionais Estratégicas e do Grupo Técnico de Compras Compartilhadas está alinhada à perspectiva de aprimoramento da qualidade de gastos do MPF, com ganhos em eficiência, eficácia e efetividade, e adere aos compromissos pactuados no Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020.

27. Manifestado interesse em participar da aquisição/contratação compartilhada de bens e serviços de uso comum, os órgãos/unidades participantes deverão observar as disposições contidas no artigo 6º, do Decreto nº 7.892/13:





Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

§ 5º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

§ 6º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

28. Ressalte-se que segundo disposições contidas no artigo 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892/13, **o exame e aprovação das minutas do instrumento convocatório serão efetuados, exclusivamente, pela assessoria jurídica do órgão gerenciador**º.

9Art. 9º. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

(...)  
§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)



### Da fase preparatória do pregão

29. O *caput* do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 trata da formalização do procedimento da licitação:

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio (...)"

30. No caso específico do pregão, o artigo 8º da Lei nº 10.520/2002<sup>10</sup> determina que os atos essenciais, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no art. 2º do referido dispositivo legal.

31. O artigo 21 do Decreto nº 3.555/00 elenca os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos:

Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

- I - justificativa da contratação;
- II - termo de referência, contendo **descrição detalhada do objeto**, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
- III - planilhas de custo;
- IV - **garantia de reserva orçamentária**, com a indicação das respectivas rubricas;
- V - autorização de abertura da licitação;
- VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII - parecer jurídico;
- VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
- XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e
- XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso. (GRIFEI)

32. O Decreto nº 5.450/05, por sua vez, enumera os documentos necessários à devida instrução processual:

Art.30. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

- I - justificativa da contratação;
- II - termo de referência;
- III - planilhas de custo, quando for o caso;
- IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

10. Art.8º Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no art. 2º.





- V - autorização de abertura da licitação;
- VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;
- X - documentação exigida para a habilitação;
- XI - ata contendo os seguintes registros:
  - a) licitantes participantes;
  - b) propostas apresentadas;
  - c) lances ofertados na ordem de classificação;
  - d) aceitabilidade da proposta de preço;
  - e) habilitação; e
  - f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;
- XII - comprovantes das publicações:
  - a) do aviso do edital;
  - b) do resultado da licitação;
  - c) do extrato do contrato; e
  - d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso. (GRIFEI)

33. A fase preparatória do pregão deverá observar as disposições contidas do artigo 3º da Lei nº 10.520/02, no artigo 9º do Decreto nº 5.450/05, bem como no artigo 8º do Decreto nº 3.555/00, *in verbis*:

**Lei nº 10.520/02:**

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. (GRIFEI)

**Decreto nº 3.555/2000:**

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;





III - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:

a) definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas, de forma clara, concisa e objetiva, de acordo com termo de referência elaborado pelo requisitante, em conjunto com a área de compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado;

b) justificar a necessidade da aquisição;

c) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento; e

d) designar, dentre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio;

IV - constarão dos autos a motivação de cada um dos atos especificados no inciso anterior e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela Administração; e

V - para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital. (GRIFEI)

**Decreto nº 5.45D/05:**

Art.9º-Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§1º-A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apóiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§2º. O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva."

34. No presente caso, iniciado o procedimento licitatório em estrita observância ao disposto no artigo 38 da Lei nº 8.666/93, encerrada a etapa preparatória do pregão eletrônico





em cotejo, resta a análise jurídica acerca da **regularidade desta primeira fase**, bem como o **exame e aprovação das minutas do instrumento convocatório, que deverão ser efetuados, exclusivamente, pela assessoria jurídica do órgão gerenciador** (artigo 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892/13).

35.

Pois bem. **Os presentes autos encontram-se assim instruídos:**

- a) Memorando nº 677/2016, do Chefe da Sessão de Segurança e Transporte da PR/GO (fl. 01);
- b) Termo de Referência (fls. 02/46);
- c) Informação da existência de crédito orçamentário para suportar as despesas (49/50);
- d) Pesquisa de preços (fls. 53/62);
- e) Solicitação da Coordenadoria de Administração para abertura de procedimento licitatório (fl. 63);
- f) Despacho do Secretário Estadual do MPF/GO, aprovando o Termo de Referência e autorizando a abertura do procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico (fls. 64/66); e
- g) Minuta do edital e seus anexos.

36.

Na sistemática adotada pelo pregão, as especificações são elencadas no Termo de Referência, que possui função e natureza equivalentes às do projeto básico, previsto na Lei nº 8.666/93. No presente caso, **consta do Termo de Referência acostado aos autos (fls. 02/46):**

- a) a descrição minuciosa do objeto;
- b) as justificativas da necessidade da contratação;
- c) relação dos órgãos participantes do certame;
- d) especificação técnica do serviço;
- e) o modo como se dará o ressarcimento e o pagamento;
- f) o prazo para início da operação;
- g) requisitos para habilitação técnica;
- h) o prazo de vigência;
- i) as obrigações da contratada e da contratante;
- j) acordo de níveis de serviço;
- k) informações de consumo;
- l) preço máximo da contratação; e
- m) Estimativa anual de despesa por órgão/unidade participante; Relação de órgãos/unidades participantes; e Relação de veículos da frota por órgão/unidade participante.





37. Nota-se que o documento em questão atende, em linhas gerais, às finalidades e requisitos legais, descrevendo de forma minuciosa o objeto, apresentando justificativas para a contratação e retratando os aspectos que conduziram a opção pela licitação do serviço na forma proposta.

38. Ressalte-se que as especificações dos serviços foram elaboradas por órgão técnico e dizem respeito a campo de atuação discricionária, portanto, caberia interferência por parte desta Assessoria tão somente no caso de extrapolação da discricionariedade, capaz de ensejar vício de legalidade, o que não se vislumbrou no presente caso.

39. Realizou-se pesquisa de mercado para formação do preço médio dos materiais, providência essencial para propiciar a adequada estimativa de custos de forma transparente e proba, e, ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável (fls. 53/62).

40. Realce-se que os valores dos materiais que serviram de base para a composição do preço máximo admitido foram obtidos em conformidade com a Instrução Normativa/MPOG nº 05/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral (art. 2º, inciso IV<sup>11</sup>).

41. Em que pese a previsão contida no artigo 7º, § 2º, do Decreto nº 7.892/13<sup>12</sup>, o Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira informou a previsão de crédito orçamentário mensal para suportar tais despesas, em atenção aos comandos legais que determinam a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da licitação (artigo 21, inciso IV, do Decreto nº 3.555/00<sup>13</sup>, artigo 30, inciso IV, do Decreto nº 5.450/05<sup>14</sup>, c/c art. 14 da Lei nº 8.666/93<sup>15</sup> e artigo 15, inciso IV, da IN/MPDG nº 02.2008<sup>16</sup>) (fl. 49).

11 Art. 2º. A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros: (...)  
IV - pesquisa com os fornecedores.

12 Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. ( )

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil

13 Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;

14 Art. 30. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

15 Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

16 IN/MPOG nº 02/2008



42. A aprovação do Termo de Referência e a autorização para a abertura do presente processo licitatório pelo Secretário Estadual do MPF/GO encontra-se acostada às fls. 64/66, em conformidade com a exigência prevista no artigo 30, inciso V, do Decreto nº 5.450/2005<sup>17</sup>.

43. O Pregoeiro deste órgão e sua equipe de apoio foram designados por meio da Portaria PR/GO nº 79, de 05.05.2015.

#### Da minuta do edital e seus anexos.

44. No que tange à minuta do edital de licitação em si, pode-se afirmar que esta atende às exigências elencadas no artigo 40 da Lei nº 8.666/93<sup>18</sup>, artigo 9º, IV e V, do Decreto nº

Art. 15 O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá conter:

IV - a descrição detalhada dos serviços a serem executados, e das metodologias de trabalho, nomeadamente a necessidade, a localidade, o horário de funcionamento e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou entidade, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, com a definição da rotina de execução, evidenciando:

17 Art. 30. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos: [...]

V - autorização de abertura da licitação;

18 Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I- objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II- prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III- sanções para o caso de inadimplemento;

IV- local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V- se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI- condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII- critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII- locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX- condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X- o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

XI- critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XII - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII- limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII- outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§1º-O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraído-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§2º-Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I- o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.



5.450/05<sup>19</sup>, artigo 11, incisos II e III, do Decreto nº 3.555/00<sup>20</sup> e artigos 19 e 19-A da IN nº 02/2008/MPOG, no que couber.

45. Realce-se que a observância às disposições contidas na IN nº 02/2008/MPOG foi recomendada pelo Órgão de Controle Interno do MPU (Parecer SEOR/AUDIN/MPU nº 684/2014<sup>21</sup>).

46. Os normativos acima referidos indicam o que deve conter no instrumento convocatório. Vejamos:

47. A previsão do **local, data e horário** em que será realizada a sessão pública do pregão, bem como **onde poderá ser obtida a íntegra do edital** está descrita no item 1.

48. O edital define, no item 2, de forma clara e detalhada, o **objeto a ser licitado**, qual seja, o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, de caráter continuado, de gerenciamento e administração de despesas de manutenção automotiva em geral (preventiva, corretiva e preditiva), mediante sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciados, visando o fornecimento de combustíveis, peças, componentes, acessórios, dentre outros (pneus, óleo de motor, lubrificantes, etc.), inclusive transporte em suspenso por guincho, socorro mecânico, borracharia, lanternagem, elétrico, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento e balanceamento, dentre outros serviços, para atender às necessidades da PR/GO e de órgãos/unidades participantes do certame.

49. No item 2.1 prevê a observância em todas as fases do procedimento licitatório das orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

19 Art. 9º - Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

(...)

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

20 Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...)

II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

III - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;

21 "[...] somos de parecer que as disposições da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013, não são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério Público da União. Porém, este Órgão de Controle Interno recomenda a observância da disciplina normativa da referida norma, pois que reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, formatada com base nos pilares Constitucionais que regem a Administração Pública, nos preceitos da Lei nº 8.666/93 e normas correlatas que regulam a contratação de serviços pelo Poder Público."



50. O item 3 do edital prevê as **condições gerais para participação na licitação**. Os órgãos participantes do certame estão enumerados no Anexo B do Termo de Referência (Anexo I do edital). No item 4 contém, ainda, justificativa da previsão da possibilidade de adesão de órgãos não participantes, em atenção ao Acórdão TCU nº 1.297/2015 – Plenário.

51. Chama a atenção as disposições contidas no item 4.1.3 do edital, de que *“não foi registrada intenção alguma por parte de outros órgãos e entidades, razão pela qual não haverá órgãos participantes na presente licitação”*. A princípio, mostra-se incompatível com as disposições contidas no item 4.1.1, na medida em que existem órgãos/unidades participantes do certame, os quais estão elencados no Anexo I, bem como no item 8.3.3.1 do edital sob análise.

52. Todavia, considerando que o item 4.1.2 contém previsão do registro e divulgação da IRP – Intenção de Registro de Preços no sistema *Comprasnet* com a finalidade de dar publicidade à intenção de realização de licitação com registro de preços e permitir a manifestação de interesse de **outros órgãos** em participar do certame, **deve-se atentar para a necessidade de adequação ou subtração da parte final do item 4.1.3, tendo em vista a possibilidade de outros órgãos/unidades manifestarem interesse em participar do certame.**

53. Os critérios para o **recebimento e aceitação das propostas**, estão descritos nos itens 6 e 7 do edital.

54. As regras relativas aos **lances** e ao **julgamento das propostas** estão descritas no item 8. Atento ao disposto no artigo 40, inciso VII, da Lei nº 8.666/93, estabelece de forma clara e com parâmetros objetivos o critério de julgamento, que será o de **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL POR ITEM**. A **adjudicação** será pelo **menor percentual da Taxa de Administração pra cada item licitado**, ou seja, **para cada Unidade participante**.

55. A respeito desse tema, vale transcrever trecho do Voto Revisor proferido pelo Ministro Aroldo Cedraz, que alicerçou o Acórdão TCU nº 2731/2009, proferido no processo TCU nº 032.202/2008-1:

*“Discute-se, no presente processo, a compatibilidade do modelo de contratação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção de veículos definido pela SR/DPF/RJ com os princípios concernentes à administração pública e aos certames licitatórios, em especial com os princípios da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa. Assim, o exame a ser empreendido por esta Corte deve abranger os aspectos tanto jurídicos quanto operacionais da questão.*

2. *No tocante à vertente legal, endosso as conclusões do relator que refutam as críticas formuladas pela Secex/RJ e pelo MPTCU e que demonstram que os parâmetros definidos pelo órgão contratante são compatíveis com o ordenamento normativo concernente à matéria.*



3. É preciso destacar, inicialmente, que o objeto a ser contratado difere daquele que a administração usualmente demandava, a manutenção veicular diretamente efetuada por uma única oficina mecânica. No novo modelo, o serviço demandado é de administração e gestão da manutenção, o que significa que o contratado não será responsável direto pela execução dos serviços mecânicos necessários.

4. Por tal motivo, é adequado o uso do valor da taxa de administração como critério de julgamento. Não se trata, aliás, de nenhuma inovação, já que tal sistemática têm sido rotineiramente empregada – sem qualquer crítica desta Corte sob este aspecto, friso – em licitações para contratação de serviços de gerenciamento em que o contratado não é o fornecedor direto do bem ou serviço final demandado pela administração.

5. É o caso, por exemplo, dos certames para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, em que as agências de viagens, que não são as fornecedoras do serviço de transporte aéreo demandado pelo poder público, são selecionadas com base no valor da taxa de administração que cobram.

6. O mesmo ocorre com o fornecimento de combustíveis ou de vales-refeições, em que idêntico critério de julgamento é empregado e o entregador final do produto demandado não é o distribuidor de combustíveis ou a empresa de vales, mas o posto de gasolina ou o restaurante credenciados em que o abastecimento de cada veículo e consumo de cada refeição é feito.

7. Esta similitude com outros tipos de certame afasta a segunda crítica feita ao modelo, a de que não haveria definição precisa do valor total do contrato e dos preços a serem praticados pelo fornecedor final do bem demandado. Tais peculiaridades, entretanto, também ocorrem nos contratos de fornecimento de passagens aéreas e de combustíveis e as dificuldades delas decorrentes são sanadas pela utilização de valores estimados, prática que este Tribunal tem rotineiramente admitido e que se repete no certame em foco.

8. Exatamente porque o mesmo critério de julgamento tem sido corriqueiramente empregado em outras licitações sem qualquer censura desta Corte, também não procede o reparo de que a taxa de administração corresponderia a uma fração diminuta do valor global do contrato, já que esse pequeno peso relativo se repete em qualquer contratação de serviços realizada na forma ora em exame e que não é possível, em princípio, vislumbrar critério alternativo adequado para remunerar os serviços do gestor contratado." Grifei

56. Considerando as disposições constantes do artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, o edital fixa o percentual máximo aceitável para a taxa de administração será de 2,0% (dois por cento), que incidirá sobre as manutenções preventivas, corretivas e preditivas, e serviços correlatos **efetivamente realizados, conforme os preços anuais máximos estimados**. O preço corresponderá ao valor resultante da incidência do percentual da taxa de administração sobre o valor total estimado de despesa anual para cada unidade participante, podendo esta ser positiva, zero ou negativa, equivalente a desconto sobre a prestação dos serviços licitados.

57. Anote-se que o valor estimado poderá ser reduzido posteriormente, mediante a disputa em torno do menor preço dos bens e serviços ofertados pelas oficinas credenciadas, quando instadas pelo gestor do contrato a apresentar os orçamentos correspondentes aos bens e serviços a serem executados, numa espécie de competição diferida, conforme previsão contida no item 4.6 do Termo de Referência.





58. A estimativa anual de despesas por órgão/unidade participante está descrita no Anexo A do Termo de Referência (fl. 26), bem como no item 8.3.3.1. do edital.
59. Atento às disposições contidas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, concede o direito de preferência às empresas de pequeno porte e microempresas (item 8.2).
60. As **exigências e documentos para habilitação** estão devidamente descritos e enumerados no item 9 do edital, sendo exclusivamente as autorizadas em lei e compatíveis com o objeto do certame (Regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira).
61. A previsão da possibilidade de interposição de **recursos administrativos**, do modo em que se darão a **adjudicação e homologação** do certame, além da **dotação orçamentária**, encontram-se descritas nos itens 10, 11 e 12, respectivamente. As **obrigações da licitante vencedora** estão elencadas no item 12.
62. Os critérios para a formalização da Ata de Registro de Preços e o prazo de vigência desta estão discriminados nos itens 13 e 14, e encontram-se em conformidade com as disposições contidas no Decreto nº 7.892/2013.
63. O item 15 do edital disciplina a contratação e a execução do objeto da licitação. O **prazo de vigência** do respectivo contrato, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e a especificação das **garantias** estão descritos no item 16.
64. O **preço** e as regras relativas aos **reajustes** estão descritos no item 17.
65. O edital também prevê as **sanções administrativas** (item 18). Os percentuais de multa previstos no item 15 do edital foram definidos discricionariamente em despacho exarado pelo Secretário Estadual do MPF/GO.
66. O modo como será realizado o **pagamento** está descrito no item 19. **Nesse ponto, entendo prudente acrescentar ao item 19 do edital a previsão de que, antes de quaisquer pagamentos, será verificada a regularidade fiscal exigida nos subitens 8.1.3.2 e 8.1.3.3, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT exigida no subitem 8.1.3.4. deste edital, devendo tal item constar expressamente também do instrumento do contrato.**



67. O edital trata, ainda, das instruções e normas para os **pedidos de esclarecimento e impugnação do ato convocatório** (item 20).

68. As disposições gerais estão elencadas no item 21, com destaque para a previsão de que a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor e a homologação do certame **não implicarão em direito à contratação**, nos moldes estabelecidos no artigo 16, do Decreto nº 7892/13 (subitem 21.6).

69. Anexos ao edital constam o Termo de Referência (anexo I); Modelos de Proposta e Planilhas e de Planilha de Custo e Formação de Preços (anexo II); Modelo de Declaração de que não possui como sócios gerentes ou diretores, membro ou servidor do MPU (anexo III); Modelo de Declaração de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental (anexo IV); Modelo de Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública (anexo V); Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VI); e Minuta do Contrato (anexo VII).

#### **Minuta da Ata de Registro de Preços**

70. Da análise da minuta da Ata de Registro de Preços, percebe-se que esta contempla, em termos gerais, as disposições contidas no Decreto nº 7.892/13.

71. Destaque-se, todavia, que a **Cláusula IX** elenca apenas as obrigações do órgão gerenciador, no caso, da Procuradoria da República em Goiás, **não estando expressas as obrigações dos órgãos/unidades participantes**. Nessa esteira, **mostra-se necessária a inclusão de tais obrigações, observando-se o disposto no artigo 6º do Decreto nº 7.892/13**.

72. Nota-se, também, que na **Cláusula VII**, que trata das penalidades, **não contém disposição atribuindo aos órgãos participantes o dever de aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, garantida a ampla defesa e o contraditório, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador, nos moldes do artigo 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/13**.



### Minuta do Contrato

73. No que tange à minuta do contrato, percebe-se, também, que esta contém as cláusulas essenciais estabelecidas no artigo 55 da Lei 8.666/1993<sup>22</sup>, estando apta à aprovação. Vejamos:

74. O contrato discrimina o **objeto e seus elementos característicos**, descreve minuciosamente os **serviços**, os indicadores que regerão os critérios para avaliação do Acordo de Níveis de Serviço - ANS e estabelece as **obrigações da contratante e da contratada** (Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira, respectivamente).

75. **Convém acrescentar, contudo, dentre as obrigações da contratada (Cláusula Terceira), o dever de manter-se, durante a vigência do Contrato, compatível com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração da presente contratação, na forma exigida pelo inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93.**

76. O **preço e condições de pagamento**, bem como as **garantias**, estão descritas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta, respectivamente.

77. Consta, ainda, a previsão de que o valor percentual relativo à Taxa de Administração será **fixo e irrevogável** (Cláusula Sétima). O **prazo de vigência** e a possibilidade de **prorrogação** consta da Cláusula Oitava.

78. O **crédito pelo qual correrá a despesa**, as **penalidades**, os **valores das multas** e os **recursos** cabíveis encontram-se discriminados nas Cláusulas Nona e Décima.

22Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I- o **objeto** e seus elementos característicos;
- II- o **regime de execução ou a forma de fornecimento**;
- III- o **preço e as condições de pagamento**, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV- os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V- o **crédito pelo qual correrá a despesa**, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI- as **garantias** oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII- os **direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas**;
- VIII- os **casos de rescisão**;
- IX- o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de **rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei**;
- X- as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI- a **vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor**;
- XII- a **legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos**;
- XIII- a **obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**.





79. Também está expresso o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de **rescisão administrativa** prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

80. Registre-se que a publicação do edital e seus anexos deverá ser realizada no DOU, por meio eletrônico, na internet, e em jornal de grande circulação regional ou nacional, tendo em vista o valor da contratação, conforme exigência do art. 17 inciso III do Decreto nº 5.450/2005<sup>23</sup>.

81. Com essas considerações, pode-se afirmar que nos **aspectos jurídicos e formais**, as minutas do edital e seus anexos atendem às disposições legais, estando aptas a gerar os seus efeitos.

**Por todo o exposto**, esta Assessoria Jurídica **aprova** a minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2016, bem como seus anexos, **com as seguintes ponderações**:

1 – que seja observada a necessidade de adequação ou supressão da parte final do **item 4.1.3 do Edital**, após a divulgação da IRP para outros órgãos manifestarem interesse em participar do presente certame;

2 – que faça constar do **Edital**, no **item <sup>2o</sup> 19**, a previsão de que, antes de ser efetuado qualquer pagamento, será verificada a regularidade fiscal exigida nos subitens 8.1.3.2 e 8.1.3.3, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT exigida no subitem 8.1.3.4. do edital, devendo constar expressamente também do instrumento do contrato;

3 - que faça constar da **Ata de Registro de Preços, Cláusula VII**, que trata das Penalidades, previsão de que caberá aos órgãos participantes a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, garantida a ampla defesa e o contraditório, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador, nos moldes do artigo 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/13;

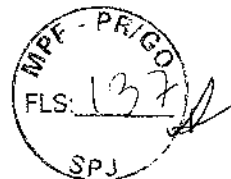
<sup>23</sup>Art.17.A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

III - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação regional ou nacional;



4 – que faça constar da **Ata de Registro de Preços, Cláusula IX**, as obrigações dos órgãos participantes do certame, observando-se as disposições constantes do artigo 6º do Decreto nº 7.892/13; e

5 – que faça constar do **Contrato, Cláusula Terceira**, dentre as obrigações da contratada, o dever de manter-se, durante a vigência do Contrato, compatível com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração da presente contratação, na forma descrita no inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93.

Uma vez acatadas as ponderações, **opina** pela deflagração da fase externa do certame.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Goiânia, 13 de junho de 2016.

**Ana Flávia de Assunção Silva**  
ASSESP - PR/GO  
(Portaria nº 29, de 25.02.16)